

Luciana Teixeira
de Andrade



Singularidade e igualdade nos espaços públicos

Como em todas as grandes cidades, os espaços públicos de Belo Horizonte sofreram ao longo do tempo mudanças significativas em seu perfil urbanístico e nos usos que lhes são atribuídos, mas mantêm sua importância como lugares insubstituíveis de exercício da cidadania.

> Produto da ação dos homens, as cidades possuem um caráter dinâmico, com suas formas físicas e sociais em constante transformação. Mas as cidades de uma mesma época também se diferenciam entre si. Há as turísticas, portuárias, globais, metropolitanas, provinciais, históricas, modernas, entre vários outros tipos. Apesar de toda essa diversidade, um elemento está presente em todas elas, aquilo que muitos traduzem como a sua alma ou o que mais lhes confere identidade e singularidade: os espaços públicos, as ruas, praças e parques. É por meio deles que uma cidade se faz conhecer melhor, seja por um forasteiro que a visita pela primeira vez, seja por aqueles que nela vivem.

O espaço público, lugar das ações públicas, das festas e dos encontros, enfim, da vida coletiva, é também o local dos sem-lugar nas cidades, dos sem-casa. Espaço aberto a todos, é, nesse sentido, um espaço da igualdade. Em um comício ou uma festa, as desigualdades sociais ou de outra natureza são temporariamente suspensas.

Mas o espaço público não é uma esfera imune às desigualdades, por isso mesmo é também o lugar do conflito, das disputas cotidianas, do exercício do poder de um grupo sobre outro, da inclusão de uns e exclusão de outros. É, por excelência, o espaço da vida social das cidades, por isso não lhe basta a existência meramente física, é necessário que os habitantes o ocupem e lhe confirmem o *status* de público. Tampouco lhe basta a definição jurídica de aberto a todos, ele precisa ser efetivamente apropriado por todos, pois são os cidadãos que o tornam público.

Há diferentes naturezas de espaço público. Alguns podem ser mais abertos e diversos socialmente, como as áreas centrais das cidades. Outros são mais restritos e de ocupação mais homogênea, como os bairros. Não há um espaço ideal, mas o espaço vivo da cidade, como expressão de suas generosidades e de suas avarezas. Ainda que aberto a todos, ele só se efetiva no seu

uso cotidiano pela população. Um lugar não ocupado inexistente como espaço público. Assim também um espaço legalmente definido como público pode ter seu uso privatizado, perdendo assim a sua dimensão de aberto a todos e a sua potencialidade para a diversidade.

O objetivo principal deste artigo é propor uma reflexão sobre a natureza e os usos dos espaços públicos em Belo Horizonte. Antes, porém, são discutidos dois atributos das grandes cidades intimamente interligados: a diferenciação dos seus habitantes e as possibilidades de encontro nesses espaços comuns.

Locus da diferença

A cidade constitui uma unidade fundada na diferença. Isso é o que a distingue dos pequenos grupos, cujos membros são unidos pela semelhança. A diferenciação tem como causa a divisão do trabalho e a conseqüente especialização dos indivíduos. Nas palavras de Wirth, “a cidade [...] não só tolerou como recompensou diferenças individuais. Reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade”.¹

Essa diferenciação quantitativa tem conseqüências qualitativas: os indivíduos também se diferenciam por seus desejos, sentimentos e projetos. Daí a cidade ser o lugar do desenvolvimento das individualidades e da liberdade de escolha. O conhecido adágio alemão, segundo o qual “o ar das cidades liberta”, traduz uma concepção de liberdade intimamente relacionada à maior possibilidade de escolha que as grandes cidades oferecem.

A aglomeração e a diferenciação social de seus habitantes fazem da cidade um lugar de estranhos e desconhecidos, que conforma uma unidade não apenas administrativa, mas também de espírito, de sentimento e de pertencimento. A diferença em relação aos pequenos



Cartão-postal da Praça Sete de Setembro, 1946. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

grupos é que nas grandes cidades a unidade não se baseia no conhecimento pessoal de seus membros. A cidade é um grupo grande de desconhecidos. No espaço público realiza-se potencialmente a diversidade, diferentemente dos espaços privados, lugar de encontros íntimos entre conhecidos.

Na cidade predomina o sentido do olhar.² É por ele que mapeamos o estranho, como num encontro marcado por sutis gentilezas ou pela confiança que se estabelece entre duas pessoas que se cruzam num passeio público: quando ainda distantes, lançam um olhar de reconhecimento; quando se aproximam, o olhar se desvia. Essa *desatenção civil* que marca o discreto reconhecimento do outro é um exemplo de ritual urbano

que torna possível a vida entre estranhos. Durante muito tempo, entretanto, o estranho representou uma ameaça, até porque a ordem social era baseada no conhecimento pessoal de seus membros. Portanto, viver pacificamente entre estranhos é uma experiência relativamente recente, que exigiu um aprendizado de regras de civilidade tipicamente urbanas.

A aproximação e a interação entre estranhos nos espaços públicos são facilitadas por um expediente que Goffman denominou de “recursos seguros”,³ como as conversas amenas sobre o tempo ou as crianças, ou atitudes corteses como a oferta de ajuda. São seguros porque inesgotáveis. Os interlocutores sempre poderão lançar mão deles. Diferentes de uma comunicação séria, que

pode levar à discordância e até mesmo à hostilidade, os “recursos seguros” são instrumentos de interação pacífica. Apesar das diferenças e idiossincrasias individuais, o que se compartilha nos encontros públicos são informações, percepções, conversas públicas.

Ao abordar temas banais sobre os quais todos podem falar sem necessariamente precisar dizer quem são, de onde vêm e o que fazem ali, os “recursos seguros” garantem a interação sem comprometer a individualidade, pois o que se requer nesses encontros não é a personalidade completa de cada indivíduo, mas apenas a parte que ele se dispõe a compartilhar. Por contraste, aquele que passa pelas ruas de uma pequena cidade é logo mapeado por seus observadores, que em geral o cumprimentarão por sua personalidade mais íntima, pois sabem de quem é filho, onde mora e muito provavelmente para onde está indo.

O encontro com o estranho, que o cidadão metropolitano experimenta diariamente, e o correspondente anonimato podem ser para ele extremamente prazerosos, suscitando sensações de liberdade, singularidade, novidade, entre tantas outras possíveis. O estranho pode ser percebido também como ameaçador, portador de riscos. Para lidar com esses perigos, o morador de uma cidade precisa mapear os lugares, os horários e as situações em que estará mais exposto a uma ou a outra experiência, pois ambas fazem parte do ri(s)co aprendido de interagir nos espaços públicos das grandes cidades.

No interior do grande grupo heterogêneo que são as cidades, formam-se pequenos grupos que, em suas rotinas, elegem frequentar certos espaços da cidade. Disso decorre a apropriação de determinados lugares mais por uns do que por outros. Essa apropriação seletiva não significa que o espaço perdeu a sua condição de público, ao contrário, aponta para uma outra qualidade: a de espaços identitários cujos usuários se reconhecem e são reconhecidos pelos outros.

Por permitir diferentes apropriações, os espaços públicos diferem consideravelmente entre si. Numa área central de grande circulação de pessoas, são mais impessoais.⁴ Mas a cidade abriga também espaços públicos de circulação mais restrita, como as praças e as ruas de bairros. Em geral, esses espaços são utilizados por aqueles que residem em suas proximidades, ensejando um tipo de sociabilidade entre conhecidos.

Espaços públicos na contemporaneidade

Até aqui procuramos apontar algo da natureza sociológica dos espaços públicos. Mas, como as cidades, eles passam por mudanças nos seus usos, sentidos e até mesmo em sua forma. Na impossibilidade de abordar todo o debate contemporâneo sobre as transformações desses espaços, registremos apenas que a literatura não é muito otimista, pois alerta recorrentemente para o seu declínio (Richard Sennett),⁵ a disseminação de práticas segregacionistas (Mike Davis),⁶ a privatização e o medo dos lugares públicos (Teresa Caldeira),⁷ para citar somente três influentes autores. Considerando a pertinência de todas essas críticas e as conseqüências reais sobre a vida pública de fenômenos como o crescimento da criminalidade, o individualismo exacerbado e o maior desejo de privacidade, é correto concluir que os usos dos espaços públicos se alteraram em muitas cidades, mas não que o espaço público morreu.

O aparecimento dos *shopping centers*, dos condomínios fechados verticais e horizontais, o esvaziamento das áreas centrais e históricas das grandes cidades, assim como os processos de revitalização dessas áreas são exemplos de mudanças significativas na vida das grandes cidades. No caso do Brasil, não há como desconsiderar que o crescimento da criminalidade nas últimas décadas afetou significativamente a liberdade de estar em público. Essas mudanças incidem sobre a vida de todos os moradores, mas em especial sobre as novas



Cartão-postal da Praça Raul Soares com a avenida Augusto de Lima, 1947. José Teixeira, fotógrafo e editor. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

gerações, incentivando uma sociabilidade entre iguais e em lugares vigiados (uma forma de comportamento menos exposta aos riscos do estranho ameaçador). Essa sociabilidade restrita e restritiva não faz jus à riqueza de possibilidades presentes numa grande cidade.

Atualmente assiste-se à disseminação de espaços exclusivistas que selecionam o público pela capacidade de consumo, como os *shopping centers*, ou pela propriedade, como os condomínios fechados. Em ambos os casos, nega-se a possibilidade do encontro com o diferente. Da mesma forma, áreas da cidade dominadas pelo tráfico de drogas e por grupos que compartilham uma sociabilidade violenta⁸ impedem pela força a presença de outros grupos sociais.

As grandes distâncias sociais inibem as interações entre os habitantes de uma mesma cidade. Quanto mais distantes socialmente, mais difíceis são as possibilidades de troca. Essa dimensão estrutural das desigualdades sempre afetou as interações nos espaços públicos das cidades brasileiras. E se hoje os diferentes grupos sociais tendem a se apartarem em espaços próprios, a presença de pessoas desiguais num mesmo espaço não é garantia de interação nem de troca. A passagem a seguir de Cyro dos Anjos sobre o *footing* na praça da Liberdade na década de 1920 evoca um passado em que as diferentes classes sociais interagiam publicamente sem constrangimentos: “Na alameda à direita [...] caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda [...], criadas e soldados de polícia. Uma rua central [...] separava sociedade e plebe”.⁹



Fotografias de transeuntes nas ruas de Belo Horizonte, década de 1930. Fotógrafos ambulantes. Coleção Luis Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Significativas mudanças nos espaços públicos das grandes cidades constituem, portanto, uma das tendências contemporâneas, mas não suficientes para se advogar a morte desses espaços, até porque não se pode perder de vista que, como as próprias cidades que os abrigam, eles também se transformam. Nem toda mudança do que existia anteriormente deve ser interpretada como morte, e negar às novas gerações, as mais afetadas por essas mudanças, a possibilidade de uma vida pública é como negar-lhes a própria condição humana.

Praças da cidade planejada

Para tratar dos espaços públicos em Belo Horizonte, optamos por focar as praças, dada a sua importância no planejamento da cidade no final do século XIX, mas também na vida cotidiana de seus habitantes. Afinal, raros são os bairros sem praças. Intimamente ligadas ao cotidiano da cidade e aos seus momentos públicos, como as festas, os comícios e os *shows* artísticos, constituem também importantes pontos de referência, pois são espaços de encontro e de identidades, seja da própria cidade, seja de seus habitantes.

As fontes aqui utilizadas foram algumas dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e a pesquisa *Espaços públicos e formas de sociabilidade em Belo Horizonte* (2005).

Na planta da Belo Horizonte planejada, o seu centro principal, situado no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, foi marcado por uma praça, inicialmente denominada 12 de Outubro e depois praça Sete de Setembro, popularmente conhecida como praça Sete. Na interseção da avenida Afonso Pena com outras avenidas, foram implantadas outras praças, como a Tiradentes, junto à avenida Brasil, e a Benjamin Guimarães ou Praça ABC. Como no caso da praça Sete, o que se percebe é que Aarão Reis, no planejamento da cidade, concebeu tais

praças mais como espaços estruturantes e simbólicos do que de estar, como mostra Arroyo:

É utilizado no plano original um recurso simbólico que expande e abre as principais avenidas em seus cruzamentos estratégicos. Esses locais de convergência e dispersão foram denominados como praças. É o que se verifica ao longo da Avenida Afonso Pena: Praça Sete de Setembro, Praça Tiradentes, Praça ABC.¹⁰

Ou seja, se entendidas como espaços livres de estar e de lazer, a rigor não são praças, mas foram assim oficialmente denominadas, e essa denominação foi assimilada pela população. Além disso, ocorreu um fenômeno curioso, especialmente no caso da praça Sete: a dimensão pública se impôs sobre esse espaço, que, por sua conformação física, não se configura como praça. A praça Sete tornou-se um espaço público de referência simbólica, política e cultural. Foi nessa praça que os principais acontecimentos políticos e culturais da cidade tiveram lugar. Por sua centralidade, mas também pelo uso que lhe conferiu a população, transformou-se na própria arena pública da urbe.¹¹

Talvez não haja em Belo Horizonte lugar tão popular e conhecido como a praça Sete. Diz-se comumente, na linguagem coloquial dos moradores: “Perto da praça Sete, a dois quarteirões da praça Sete”. Subvertendo a própria estrutura espacial, a apropriação pelos moradores transformou uma não-praça em uma praça, e mais, em legítimo espaço público. Posteriormente, o fechamento para veículos de quatro quarteirões que nela terminavam veio conferir-lhe esse sentido de lugar de estar, de lazer e de encontro.¹²

Há um aspecto histórico da praça Sete que não deve ser desconsiderado. Mas começemos pela situação atual. No seu centro há um obelisco de granito conhecido como pirulito. Trata-se de um monumento, um marco

da centralidade da cidade. Não há bancos, árvores, nem acesso a ele. Ao seu redor, um intenso tráfego de veículos. Mas as fotos das primeiras décadas do século passado mostram uma configuração bastante diferente. O espaço hoje dominado pelos carros já foi ocupado pelos pedestres. O bonde que circulava a praça formava um anel em torno do obelisco, e as pessoas andavam por esse largo.

A mudança no uso das praças provocada pelos carros pode ser observada também na praça Raul Soares, situada na interseção das avenidas Amazonas, Bias Fortes e Olegário Maciel. Conhecida e freqüentada durante muitos anos por suas fontes luminosas, seu paisagismo e seu belo desenho – este mais bem percebido das janelas dos prédios que a circundam –, atualmente é uma praça ilhada pelo tráfego de veículos. Os caminhos no seu entorno não facilitam a passagem ou o acesso dos pedestres, antes a isolam. Isso fez da praça Raul Soares um lugar perigoso, onde poucos se aventuram a ficar ou mesmo a passar.

Ainda no núcleo central da cidade, delimitado pela avenida do Contorno, duas praças se destacam: a praça Rui Barbosa (praça da Estação) e a praça da Rodoviária. Esta última, cujo nome oficial é praça Rio Branco, fica no início da avenida Afonso Pena. Em suas proximidades foi instalado na década de 1970 um terminal rodoviário, daí o seu nome atual. A avenida Santos Dumont, antiga avenida do Comércio, liga essas duas praças, cuja importância reside sobretudo em receberem aqueles que chegam à cidade, seja por trem, transporte mais freqüente no passado, seja por ônibus.

A praça da Liberdade, sede do poder, é também o ponto final de três importantes avenidas: a avenida João Pinheiro, a avenida Brasil e a avenida Cristóvão Colombo. Abrigou desde o início o poder estadual e suas secretarias. Reforçando o simbolismo do poder do Estado, Aarão Reis escolheu um dos pontos mais altos da área central para situar essa praça.

Na parte do Centro, que hoje concentra vários hospitais, há duas outras praças importantes e de grandes dimensões. A praça Floriano Peixoto, conhecida como praça do Quartel, e a Praça Hugo Werneck, a dos hospitais.

O Centro tradicional conta ainda com o Parque Municipal, um dos espaços públicos da cidade mais importantes, devido às suas qualidades naturais, aos seus equipamentos de lazer e, principalmente, à diversidade social que abriga. Pessoas de diferentes origens sociais e de diversos bairros e cidades da Região Metropolitana costumam visitá-lo. Nos finais de semana predominam as que o procuram para o lazer. Esses dias concentram um maior número de crianças e suas famílias, adolescentes e casais de namorados. Nos dias de semana o público varia consideravelmente: há aqueles que buscam no parque uma travessia mais amena no congestionado Centro da cidade, a pausa do almoço, o tempo de espera para a visita a um parente nos hospitais vizinhos e ainda para as caminhadas.

A olhares mais atentos o parque se mostra também como território de diferentes grupos, que se definem por sua orientação sexual, pela condição de morador de rua ou albergado, entre outros,¹³ numa diversidade social típica dos espaços públicos, em especial daqueles situados nas áreas centrais. No caso do Parque Municipal, sua extensão colabora para a constituição de territórios identitários.

O Centro se transforma

Com as transformações que tiveram lugar no Centro de Belo Horizonte, seus espaços públicos passaram por mudanças significativas. Nas primeiras décadas do século XX, o Centro era um lugar mais elitizado, pois ali se concentrava o principal comércio da cidade, assim como as principais livrarias, os cinemas, cafés,



Fotografias de transeuntes nas ruas de Belo Horizonte, década de 1950. Fotografias ambulantes. Coleção Luis Augusto de Lima, Nova Lima, MG.



S. Horizonte - 1991

Dr. Raul Soares - 011 278

restaurantes e lanchonetes. O lazer, o *footing* e os encontros ocorriam prioritariamente no Centro. Ele era o grande espaço público da cidade. Essa elitização não excluía os mais pobres, que também dependiam do Centro e aí se divertiam, mas os lugares eram diferenciados, como ocorre até hoje em toda a cidade.¹⁴

A grande mudança observada a partir da década de 1960 foi um paulatino esvaziamento habitacional e sobretudo comercial do Centro. O comércio começou a se deslocar, primeiro em direção à região da Savassi, posteriormente para alguns bairros residenciais e, por fim, surgiram os *shopping centers*. Toda a vida que se concentrava e pulsava no Centro foi aos poucos se espraiando para outros territórios. Esse processo não resultou apenas em uma desconcentração, mas em uma nova divisão socioespacial da cidade. O Centro ficou com o comércio mais popular, e regiões como a Savassi e *shopping centers* com o comércio mais elitizado.¹⁵

O Centro não perdeu a sua vitalidade, mas o seu público mudou, até porque perdeu seus principais pontos de encontro, como os cinemas, bares, livrarias, lanchonetes e cafés famosos. O mesmo ocorreu com as suas praças, cujos usos e frequentadores mudaram. Essas transformações coincidiram com o forte crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e, curiosamente, se o Centro deixou de ser o coração da cidade para a elite belo-horizontina, tornou-se o Centro não só de uma cidade, mas de toda uma região metropolitana. A dissertação de Michele Arroyo sobre a praça da Estação¹⁶, a de Aurino José Góis sobre o parque Municipal¹⁷ e a de Eduardo Costa¹⁸ sobre o mercado Central atestam que parte significativa de seus frequentadores são da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além de metropolitano, o Centro se populariza, o que pode ser percebido pela música *rap* que se faz na cidade e cujas representações, investigadas por Ana Cristina de

Faria,¹⁹ mostram que, junto com a periferia (o lugar de onde fala o *rap*), ele mantém grande força simbólica, advinda de sua centralidade, do seu patrimônio cultural e de suas práticas e lugares de encontro.

Extrapolando os limites da zona urbana, delimitada pela avenida do Contorno, surgiram outras praças. Três delas nas interseções da avenida Afonso Pena: a praça Milton Campos na esquina com a avenida do Contorno, a praça da Bandeira, na interseção com a avenida Bandeirantes. Já nos limites da cidade, aos pés da Serra do Curral, e no final da avenida Afonso Pena, está a praça Israel Pinheiro, conhecida como praça do Papa, depois da missa proferida no local pelo papa João Paulo II. Trata-se de um grande espaço livre propício a muitos usos, entre eles brincadeiras de crianças. No mês de agosto, com os ventos vindos da Serra do Curral, a praça enche-se de pipas. Por suas dimensões, abriga frequentemente grandes *shows*.

Surge a Savassi

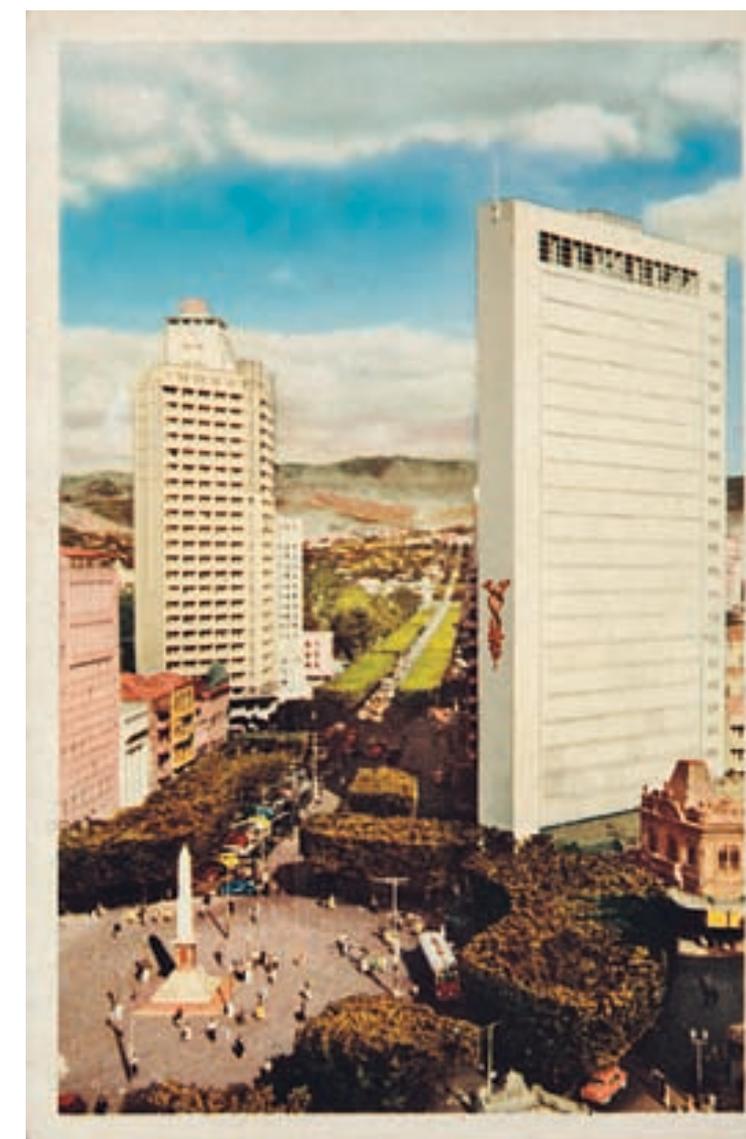
Na década de 1970, o deslocamento de parte das atividades do Centro tradicional para o bairro dos Funcionários (construído para abrigar os funcionários públicos da nova capital) provocou um fenômeno curioso em outra praça, a Diogo de Vasconcelos. Situada na interseção das avenidas Getúlio Vargas e Cristóvão Colombo, uma padaria ali localizada acabou por transferir ao lugar o seu nome: Savassi, que substituiu no conceito popular o do político e historiador que oficialmente a nomeia. Como a praça Sete, a praça da Savassi é muito mais um lugar simbólico e de referência do que de estar. Situa-se na interseção de vias importantes, sem conformar exatamente um espaço livre.

Ali, as pessoas não se sentam na praça, mas sabem onde é a praça. Posteriormente, repetiu-se aí o que já

se fizera na praça Sete: alguns quarteirões que lhe dão acesso foram fechados, constituindo assim um espaço mais convidativo ao ficar. A importância dessas praças é tamanha que elas denominam hoje não apenas a si próprias, mas a uma região, “a região da praça Sete”, “a região da Savassi”. No caso da praça da Savassi, a sua expansão foi ainda maior. Savassi hoje designa todo o entorno da praça, parte do tradicional bairro dos Funcionários.

Ainda no interior da avenida do Contorno está a praça da Assembléia, com uma igreja, pista para caminhadas e vários brinquedos. Fora do perímetro da avenida do Contorno estão as Praças JK e da Barragem Santa Lúcia, ambas na fronteira entre bairros de classe média alta e favelas. Seus equipamentos de lazer buscam servir aos dois grupos sociais que vivem em suas imediações. Como já foi dito, a proximidade física não é condição suficiente para a interação, que mais difícil se torna quanto maior for a distância social.

Ainda que nessas praças a presença dos dois grupos seja um fato, os conflitos e as separações são evidentes. Os usos são distintos, e a interação é rarefeita. Os estratos médios e altos usam a praça para caminhadas, passeios com cachorros e lazer das crianças, sempre acompanhadas dos pais ou de empregadas domésticas. Já os moradores das favelas usam os brinquedos ou os campos de futebol. Além



Cartão-postal da Praça Sete de Setembro com edifício do Banco da Lavoura. Studio Albuquerque, fotografia de Paulo Albuquerque. Coleção Otávio Dias Filho, Belo Horizonte, MG.

desse público, as praças JK e da Barragem Santa Lúcia também atraem habitantes dos bairros vizinhos que não possuem espaços públicos com as mesmas dimensões e equipamentos.

Diferentes dessas praças centrais ou com equipamentos de lazer que atraem públicos de várias regiões da cidade, há as praças de bairros, de frequência restrita aos moradores do entorno. Aí se verifica uma sociabilidade de conhecidos e, em muitas delas, a prática de atividades tradicionais, como soltar pipas e outras brincadeiras infantis.

Uma tipologia

A pesquisa *Espaços públicos e formas de sociabilidade em Belo Horizonte* (2005), depois de mapear as praças de três regionais de Belo Horizonte: Centro-Sul, Noroeste e Norte, chegou a quatro tipos de praça: centrais, de bairros, de fronteira e residuais. As três primeiras já foram contempladas aqui. A quarta refere-se a áreas denominadas oficialmente como praças pela prefeitura, mas que não são identificadas nem usufruídas dessa forma pela população. Trata-se de espaços residuais de loteamentos, de rotatórias que apenas organizam o trânsito, entre outros usos.

As praças centrais são, em geral, as mais bem conservadas. Algumas contam inclusive com adoção por grupos privados participantes do programa *Adote o Verde*.²⁰ São também as que contam com melhor infraestrutura e maior número de bancos, lixeiras, brinquedos, equipamentos para exercícios físicos, entre vários outros. Mais acessíveis à maioria da população, são, como o Centro, lugares simbólicos. Muitas abrigam monumentos históricos e situam-se dentro de conjuntos urbanos tombados pelo Patrimônio Municipal. A visibilidade e a proximidade aos órgãos da administração municipal e estadual fazem de algumas delas locais de manifestações políticas, culturais e esportivas. Pontos de passagem de milhares de pessoas, atraem vendedores ambulantes e pregadores de todos os tipos.

Um uso muito comum que a pesquisa identificou foi o de *passar a hora do almoço na praça*. Para muitos que

trabalham no Centro, as praças são propícias a esse momento de descanso, à sesta. São também lugares de pernoite para a população de rua. Reúnem mais adultos e idosos do que crianças, dado o perfil etário dos que moram, trabalham e circulam pelo Centro atualmente. A diversidade de usos e de frequentadores é grande, ainda que tenha sido maior em outros tempos.

As praças de bairros abrigam uma sociabilidade menos diversa, mas não menos importante. São lugares de encontro entre vizinhos, de lazer das crianças e dos adolescentes, de descanso e de contato com o tempo e com a natureza. Essa última função foi mencionada com mais frequência pelos moradores de bairros populares, onde há pouco espaço no interior das casas. A praça para eles é o lugar para respirar, tomar sol e *ver o tempo*. Contudo, com o aumento da criminalidade a partir da segunda metade da década de 1990, algumas dessas praças de bairro, menos policiadas e frequentadas, tornaram-se lugares temidos pelos frequentadores, em especial à noite. Moradores de alguns bairros populares relataram a ocupação de algumas praças à noite por traficantes de drogas.

Nesta breve descrição de alguns espaços públicos de Belo Horizonte, um pouco da vida da cidade, ainda que sempre transformada, veio à tona, mostrando o caráter fundamental desses espaços para a história, a identidade e a coesão da sociedade. As vocações distintas das praças evidenciam a multiplicidade da vida nas grandes cidades. Valorizar os espaços públicos, incentivando diferentes usos sociais, é uma forma de cultivar os ideais da diversidade, da igualdade e do aprendizado.

Notas |

1. WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 98.
2. SIMMEL, Georg. Digresión sobre la sociología de los sentidos. In: SIMMEL, G. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939.

3. GOFFMAN, Erving. Recursos seguros. In: _____. *Os momentos e seus homens*. Textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

4. Quando investigados de perto, esses espaços revelam usos bastante particulares, principalmente por aqueles que fazem deles não apenas lugares de passagem ou de consumo e lazer eventuais, mas de encontro, de trabalho cotidiano, de sobrevivência e até mesmo de moradia.

5. SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

6. DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1999.

7. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

8. SILVA, Luiz A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. César Q. *Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase, 2004.

9. *Apud* ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004. p. 137.

10. ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004. 236f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 60. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CienSociais_ArroyoMA_1r.pdf>.

11. CARVALHO, Marco Eliel S. *A construção das identidades no espaço urbano: a praça Sete como representação da sociabilidade em Belo Horizonte*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

12. Devido à sua importância histórica e cultural, em 2003, o Museu Abílio Barreto designou-a como acervo operacional, o que significa, segundo sua diretora, “a escolha da Praça Sete como fato urbano inquestionável, entendido como bem cultural e, portanto, patrimônio de todos os belo-horizontinos”. Cf. PIMENTEL, Thais, V. C. Primeiras palavras. In: SANTOS, Ângelo O. de A. *Praça Sete: o coração da cidade*. Belo Horizonte: Conceito, 2006.

13. GÓIS, Aurino José. *Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados*. 2003. 123f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_GoisA_1.pdf>.

14. Algumas formas de lazer hoje mais populares, como o cinema, eram antes muito seletivas. Segundo Maurílio José Amaral Assis, ir ao cinema no início do século passado em Belo Horizonte era um lazer da elite, que se vestia elegantemente para as sessões em salas decoradas com luxo e requinte, como no famoso cine Odeon. Mas o Centro oferecia outras opções de lazer para diferentes padrões de consumo e também espaços públicos cujos usos não demandavam consumo. Cf. ASSIS, Maurílio José Amaral. *A trajetória das salas de cinema de Belo Horizonte: sociabilidade no espaço Unibanco Belas Artes e nas salas de cinema do Shopping Cidade*. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_AssisMJ_1.pdf>.

15. O primeiro *shopping* de Belo Horizonte, o BH Shopping, inaugurado em 1979 em região na época pouco ocupada e de difícil acesso por

transporte público, era, como ainda é, voltado para os estratos médios e altos. Posteriormente, seguindo uma tendência mundial, surgiram outros *shoppings centers* na cidade, alguns mais populares, e um deles, muito frequentado, no Centro da cidade. Com este *shopping*, o Centro, que já não tinha mais cinemas, voltou a tê-los. Cf. ASSIS. *A trajetória das salas de cinema de Belo Horizonte...*

16. ARROYO. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação...*

17. GÓIS. *Parque Municipal de Belo Horizonte...*

18. COSTA, José Eduardo da. *Mercado Central de Belo Horizonte: a convivência entre iguais e diferentes*. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_CostaJE_1.pdf>.

19. FARIA, Ana Cristina Reis. *Mapeando a cidade: uma percepção urbana a partir das representações da periferia*. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_FariaAC_1.pdf>.

20. Programa da Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com empresas privadas, que cuidam das praças ou jardins e, em contrapartida, anunciam aí suas marcas.

Luciana Teixeira de Andrade é doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Jornalismo da PUC Minas. É pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, autora do livro *A Belo Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna* (PUC Minas e C/Arte) e co-autora de *A cidade e seus agentes: práticas e representações* (Edusp e PUC Minas).